

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

**FACULDADE DE DIREITO – SÃO PAULO – USP****Processo Seletivo para o Programa de Pós-Graduação
Ingresso no 1º semestre de 2017****Exame de Proficiência em Língua Estrangeira
FRANCÊS****19/03/2016 – das 14h às 16h30min****Instruções**

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Este caderno compõe-se de 30 questões em forma de teste de múltipla escolha. Em cada teste, há 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
3. Todas as questões têm igual valor. A nota mínima para aprovação é 7,0 (sete), na escala 0,0 - 10,0.
4. Assinale a alternativa que você considera correta, preenchendo o retângulo correspondente na folha óptica de respostas, utilizando necessariamente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. Exemplo: ■
5. Preencha a folha óptica de respostas com cuidado, pois, em caso de rasura, ela não poderá ser substituída e o uso de corretivo não será permitido.
6. Duração da prova: **2h30min**. O candidato deve controlar o tempo disponível. Não haverá tempo adicional para transcrição de gabarito para a folha óptica de respostas.
7. O candidato poderá retirar-se do local de prova a partir das 15h.
8. Durante a prova, são vedadas a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
9. Ao final da prova, é obrigatória a devolução deste caderno de questões e da folha óptica de respostas. Poderá ser levado somente o gabarito provisório de respostas.

Observações

- A divulgação do gabarito desta prova será no dia 21 de março de 2016, no *site* www.fuvest.br.
- A divulgação do resultado desta prova será no dia 01 de abril de 2016, no *site* www.fuvest.br.



TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 06

La laïcité en France: entre mémoire et histoire

Pour beaucoup de Français, la laïcité semble une évidence familière. Il n'est guère besoin de l'étudier. Ce qui s'est passé est notoire: tant de récits ont mis en scène la querelle entre l'instituteur et le curé... Par contre, pour nombre d'habitants d'autres pays, la laïcité paraît être une passion française qui ne présente guère d'intérêt hors des frontières du petit Hexagone dont les habitants se croient volontiers universels à eux tout seuls.

Cette familiarité, cette passion constituent des écrans à une connaissance de la laïcité. Par exemple, peu de personnes savent que l'enjeu principal de la séparation des Églises et de l'État (1905) fut l'article 4 dont l'auteur, Francis de Pressensé, emprunta la formulation à l'Écosse et aux États-Unis. Cela montre, de plus, que l'histoire de la laïcité en France comporte des liens — de proximité et de distance — avec l'histoire d'autres pays, qu'elle n'a pas triomphé sans se poser la question de ce qui se faisait ailleurs.

Mais que faut-il entendre par "laïcité"? Pour son premier théoricien, Ferdinand Buisson, l'adjoint de Jules Ferry, elle est le résultat du "lent travail des siècles" où les "diverses fonctions de la vie publique", les diverses institutions se sont "peu à peu distinguées, séparées les unes des autres et affranchies de la tutelle étroite de l'Église". Ce processus relève pendant longtemps d'une sorte de "préhistoire" de la laïcité. Jusqu'à 1789, en effet, le clergé conserve "un droit de surveillance, de contrôle et de veto" sur les différents pouvoirs et sur "l'ensemble de la vie publique et privée". La Révolution française constitue donc le point de départ de l'histoire de la laïcité en France. Avec elle, apparaît "l'idée de l'État laïque, neutre entre tous les cultes, indépendant de tous les clergés, dégagé de toute conception théologique". Cela permet "l'égalité de tous les Français devant la loi, la liberté de tous les cultes, la constitution de l'état civil et du mariage civil et en général l'exercice de tous les droits civils, désormais assurés en dehors de toute conviction religieuse".

Jean Baubérot, *Histoire de la laïcité en France*. Paris: PUF, 2005, pp. 3-4. Adaptado.

01

Segundo o texto, a laicidade

- faz parte da cultura francesa e é o resultado de disputas travadas entre religiosos e juristas.
- enfrenta os obstáculos da paixão e da familiaridade para que seja suficientemente conhecida pelos franceses.
- é uma paixão francesa que, por ser estudada há muito tempo, adquire valores universais.
- tem sua história na França marcada por vitórias nas lutas travadas com outros países europeus.
- que é vigente na França continental difere daquelas existentes na Escócia e nos Estados Unidos.

02

De acordo com o texto, sobre o estado laico na França, é correto afirmar:

- Seu primeiro teórico o vê como o resultado de um processo lento, pelo qual as instituições separaram-se.
- A Revolução Francesa marca o fim das violentas disputas travadas entre as instituições políticas e a igreja.
- Seu triunfo deve-se à intervenção de países protestantes durante o final do século XIX.
- Sua história divide-se em três fases complementares que o consolidam no século XX.
- A noção desse estado, neutro frente a todos os cultos, tem sua origem em uma concepção teológica.

03

O texto afirma que a laicidade, na França,

- estabelece igualdade entre crenças, manifestações e cultos religiosos.
- mantém uma tradição francesa de controle exercido pelo estado.
- coíbe a realização de casamentos religiosos e de ofícios doutrinários.
- autoriza as expressões de religiosidade e o uso de seus símbolos.
- assegura o exercício dos direitos civis livres de qualquer convicção religiosa.

04

A frase "(...) hors des frontières du petit Hexagone dont les habitants se croient volontiers universels à eux tout seuls" (L. 6-8) tem no texto valor de

- testemunho.
- previsão.
- crítica.
- desabafo.
- contradição.

05

A frase do texto "Il n'est guère besoin de l'étudier" (L. 2) tem o mesmo sentido de

- Il n'y a plus besoin de l'étudier.
- Il n'existe aucun besoin de l'étudier.
- Il n'est point besoin de l'étudier.
- Il n'y a presque pas besoin de l'étudier.
- Il n'est pas question de l'étudier.



06

Considerando o contexto, a expressão “Par contre” (L. 4) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- De même.
- En revanche.
- Dorénavant.
- Néanmoins.
- Par conséquent.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 07 A 12

Les députés votent l’inscription de la déchéance de nationalité dans la Constitution

Les députés ont adopté, mardi 9 février, l’article controversé qui inscrit la déchéance de nationalité dans la Constitution pour les auteurs de crimes et délits terroristes.

5 *Celui-ci prévoit désormais que la Constitution établira “les conditions dans lesquelles une personne peut être déchue de la nationalité française ou des droits attachés à celle-ci lorsqu’elle est condamnée pour un crime ou un délit constituant une atteinte grave à la vie de la Nation”.*

10 *Les députés se prononceront encore sur l’ensemble de la révision constitutionnelle qui comprend également l’inscription du régime d’état d’urgence dans la loi fondamentale.*

15 *Si la révision constitutionnelle est adoptée au Congrès, un projet de loi d’application précisera la mise en œuvre de la déchéance. Selon le gouvernement, la déchéance deviendrait une “peine complémentaire prononcée par un juge judiciaire”. Elle pourrait être prononcée pour “des crimes d’atteintes aux intérêts fondamentaux de la Nation” ou des crimes terroristes, ainsi*
20 *que pour les délits de terrorisme s’ils sont punis d’au moins 10 ans d’emprisonnement.*

25 *Ni la Constitution ni le projet de loi d’application ne feront plus référence aux binationaux, rendant donc en théorie possible la déchéance d’un Français n’ayant pas d’autre nationalité. Le gouvernement s’est simplement engagé à la ratification de la convention de l’ONU de 1961 sur “la réduction des cas d’apatridie”. Ce texte autorise*
30 *cependant les Etats à pratiquer l’apatridie dans des cas restreints, notamment pour “un individu ayant eu un comportement de nature à porter un préjudice grave aux intérêts essentiels de l’Etat”.*

Le Monde, 09.02.2016. Adaptado.

07

De acordo com o texto, o artigo aprovado em 09.02.2016

- torna constitucional a retirada da cidadania francesa de autores de crimes e delitos terroristas.
- retira da Constituição a definição das condições que permitem a destituição da cidadania francesa.
- abre um precedente quanto à destituição da cidadania de franceses com dupla nacionalidade.
- faz parte de um conjunto de medidas que estabelecem as condições para se obter a cidadania francesa.
- precisa ser votado pelo Congresso para que sejam definidos os casos facultativos de dupla cidadania.

08

Segundo o texto, o artigo aprovado em 09.02.2016 é considerado controverso por

- estabelecer um tempo de encarceramento superior a dez anos para suspeitos de terrorismo.
- restringir a retirada da nacionalidade francesa às pessoas que possuem uma segunda nacionalidade.
- prever a destituição da nacionalidade francesa no caso de cidadãos que a têm como única.
- desrespeitar o estabelecido pela convenção da Organização das Nações Unidas de 1961.
- autorizar o governo a aplicar a lei de estado de emergência no caso de crimes contra a nação.

09

No que diz respeito à condição de apátrida, o texto afirma que o artigo adotado em 09.02.2016

- reduz sua ocorrência no território francês.
- recorre a casos particulares previstos pela ONU.
- cria um conceito jurídico inédito na Europa.
- abre um precedente na União Europeia.
- causa grave prejuízo aos direitos humanos.

10

Tendo em vista o contexto, o termo “désormais” (L. 4) pode ser substituído, sem alteração do sentido, por

- tout de suite.
- par conséquent.
- au plus tard.
- dès maintenant.
- sans exception.



11

Se a frase “Si la révision constitutionnelle est adoptée au Congrès, un projet de loi d’application précisera la mise en œuvre de la déchéance” (L. 13-15) estivesse no passado, os verbos sublinhados teriam, respectivamente, as seguintes formas:

- était; aura précisé.
- étant; en précisant.
- avait; préciserait.
- avait été; aurait précisé.
- soit; préciserait.

12

Considerando o contexto, o pronome “celle-ci” (L. 7) tem por referente

- “la Constitution” (L. 4).
- “une personne” (L. 5).
- “la nationalité française” (L. 6).
- “une atteinte grave” (L. 8).
- “la vie de la Nation” (L. 8).

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 13 A 18

Loi numérique : l’État peut-il enfin contraindre Booking, Google et les autres?

5 *Commentaires nuisibles postés librement par un escroc, hôteliers pris à la gorge par un système de référencement et de réservation quasi monopolistique, moteur de recherche entretenant savamment la confusion entre publicité et contenu naturel: les errements des géants du numérique sont aussi nombreux que les bagatelles vendues sur Amazon. Booking, Google, TripAdvisor et les autres ont su exploiter les failles d’une législation en décalage avec la révolution numérique pour imposer leurs*

10 *normes, parfois au mépris de la loi. C’est un nouveau texte, en discussion à partir de ce 19 janvier à l’Assemblée, qui va tenter d’imposer des balises efficaces aux professionnels du HTML.*

15 *Les articles 22 à 25 du projet de loi sont particulièrement dans le viseur des géants du web. Et pour cause: ils ont pour but d’encadrer enfin les pratiques d’un secteur parfois proche de l’auto-gestion où, en clair, n’importe qui peut écrire n’importe quoi, ou presque.*

20 *Benoît Thieulin, président du Conseil national du numérique (CNNum) regrette que le texte tel qu’il est présenté aujourd’hui aux députés soit si “light” sur la régulation des géants du web. Il avait porté un dispositif de “neutralité” et de “loyauté des plateformes” largement*

25 *raboté dans le texte actuel. Ce principe de loyauté veut inciter les grands acteurs du web à détailler leurs procédures, souvent opaques, pour garantir aux usagers la maîtrise des informations les concernant. Par exemple, pour quelle raison tel hôtel n’est référencé qu’en deuxième page de Google, ou pourquoi une suppression de compte Facebook n’efface pas*

30 *définitivement les données des serveurs. Ces pratiques,*

problématiques en terme de concurrence, de protection sociale, ou d’équité, évoluent par ailleurs si vite qu’elles nécessitent un travail d’experts permanent, capables d’analyser les données en temps réel et sur la durée.

Le patron du CNNum se dit favorable à la “création d’une agence d’évaluation des plateformes qui éclairerait les angles morts de ces pratiques”, à la manière des agences de notation financière, sans contrainte purement légale, avec l’idée de prendre les plateformes à leur propre jeu des avis comme juge de paix.

Hugo Valerine, **Marianne**, 19.01.2016.
www.marianne.net. Adaptado.

13

O verbo “contraindre”, que aparece no título do texto, tem por sinônimo, em francês,

- punir.
- tolérer.
- exempter.
- assujétir.
- supporter.

14

Com base no texto, é correto afirmar que os grandes nomes do mundo digital

- confundem habilmente seus utilizadores e parceiros.
- competem entre si para controlar o mercado de vendas.
- têm suas ferramentas de busca invadidas por escroques.
- burlam as leis das redes sociais e do setor hoteleiro.
- impõem suas normas graças a falhas legislativas.

15

Considerando o contexto, o novo texto em discussão na Assembleia

- procura balizar a atuação das ferramentas de busca em prol dos consumidores.
- objetiva regulamentar as práticas de um setor que se aproxima da autogestão.
- proíbe que se escreva o que se deseja sobre um assunto qualquer.
- impõe normas à revolução digital ocorrida no setor de vendas.
- permite aos utilizadores denunciar as grandes empresas digitais.

16

Segundo o texto, Benoît Thieulin

- propôs um controle da neutralidade e da lealdade das plataformas digitais.
- lançou a criação de um jogo virtual sobre as práticas das ferramentas de busca.
- foi favorável à criação de uma agência que controle as plataformas digitais.
- sugeriu a criação de uma agência de controle financeiro dos atores da *web*.
- afirmou a necessidade de abertura das plataformas digitais a sites menores.

17

O trecho “n’est référencé qu’en deuxième page de Google” (L. 28) tem sentido análogo à seguinte frase:

- n’est jamais référencé en deuxième page de Google.
- est référencé seulement en deuxième page de Google.
- n’est point référencé en deuxième page de Google.
- est toujours référencé en deuxième page de Google.
- n’est plus référencé en deuxième page de Google.

18

A expressão “Et pour cause” (L. 15-16) significa, no texto,

- Avec de bonnes raisons.
- Sans un motif précis.
- En premier lieu.
- Cela veut dire.
- Plus exactement.

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 19 A 24

L’évolution des règles et des normes éthiques dans le sport se situe aujourd’hui à un carrefour important. Depuis plus de trente ans, nos principales préoccupations éthiques concernaient le dopage et la violence des spectateurs. Ces deux problèmes ont bénéficié de la signature de conventions internationales et la question du dopage a été confiée en 2000 à un organisme de surveillance spécifique, l’Agence mondiale antidopage (AMA). La signature de conventions, la rédaction de codes et la création d’un organisme n’ont en rien supprimé les deux menaces qui pèsent constamment sur le sport, mais elles sont néanmoins devenues plus visibles et plus crédibles. Les questions éthiques auxquelles le sport est confronté aujourd’hui les dépassent et la grande masse des problèmes éthiques qui touchent le sport moderne a trait à l’intégrité et à la gouvernance du sport en général.

L’intégrité du sport peut se définir comme le bien éthique et l’indépendance du sport. La menace la plus pressante et la plus dangereuse qui pèse sur elle aujourd’hui prend la forme de la manipulation des résultats sportifs, qui

consiste à définir le résultat d’un match au profit d’intérêts extérieurs au sport. Le trucage des matchs est un phénomène omniprésent, qui touche l’ensemble du monde du sport. Il se pratique sur tous les continents et à tous les échelons dans de nombreuses disciplines sportives, sous la forme de pots-de-vin individuels ou collectifs et de menaces physiques à rencontre des athlètes et de leurs proches.

Cette tentative d’influence abusive sur le sport est surtout alarmante à cause des liens qu’elle entretient avec la criminalité organisée. Certains milieux interlopes recourent à la définition préalable des résultats sportifs car cette pratique permet, dans l’ombre, de blanchir des sommes inhabituelles considérables et de leur conférer une existence plus légitime. Il est d’autant plus difficile de s’attaquer à ce problème que la source de telles manipulations provient de la criminalité organisée. Parvenir à démontrer et à enrayer ces pratiques est, on l’imagine, une tâche malaisée et dangereuse.

André Noël Chaker, “Assurer l’intégrité du sport: arguments en faveur de la création d’un organisme international”, in Dominique Bodin et Gaëlle Sempé. **Ethique et sport en Europe**. Strasbourg: Conseil de l’Europe, 2011, pp. 171-173. Adaptado.

19

Segundo o texto, a propósito da Agência Mundial Antidopagem (AMA), é correto afirmar:

- O trabalho realizado por ela nos últimos trinta anos em nada alterou os casos de dopagem.
- Ela tem por função a redação de códigos e a assinatura de convênios esportivos.
- Ela foi criada em 2000 para exercer vigilância, estabelecer regras e denunciar abusos.
- A evolução das regras e das normas éticas esportivas foi responsável por sua criação.
- Sua atuação tornou mais críveis e visíveis os casos de dopagem e de violência no esporte.

20

Com base no texto, sobre o esporte, é possível afirmar que

- sua integridade está ameaçada por problemas éticos e jurídicos.
- a ética e a independência o definem juridicamente.
- a boa governança atual diminuiu os casos de dopagem e violência.
- a dopagem e a violência deixaram de ser suas principais ameaças.
- sua modernidade carrega traços da luta contra a violência nos estádios.

21

Segundo o texto, a integridade do esporte

- convive com a realização de festas regadas a álcool e entorpecentes.
- enfrenta hoje a máfia da manipulação das amostras de sangue.
- luta atualmente para se impor frente ao crime organizado.
- está ameaçada pelo fenômeno onipresente da manipulação dos resultados.
- compreende a saúde física dos atletas e a segurança de seus familiares.

22

O trecho “Il est d’autant plus difficile de s’attaquer à ce problème que la source de telles manipulations provient de la criminalité organisée” (L. 33-35) traz uma ideia de

- reforço.
- consequência.
- hipótese.
- concessão.
- condição.

23

Tendo em vista o contexto, o verbo “enrayer” (L. 35) tem por sinônimo, em francês,

- détruire.
- anéantir.
- entraver.
- labourer.
- débloquer.

24

Considerando o contexto, o pronome “leur” (L. 32) tem por referente

- “menaces physiques” (L. 25).
- “Certains milieux” (L. 29).
- “résultats sportifs” (L. 30).
- “sommés inhabituelles” (L. 31-32).
- “telles manipulations” (L. 34).

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 25 A 30

De la responsabilité des actes de l'enfant et de l'adolescent

La spécialisation de la justice pénale des mineurs repose essentiellement sur la prise en compte de l'imaturité de l'enfant et de l'adolescent. Depuis 2002, seul l'enfant doué de discernement est considéré comme responsable pénalement, c'est-à-dire susceptible d'être jugé par un tribunal. L'irresponsabilité pénale affirmée dans l'exposé des motifs de l'ordonnance de 1945 n'excluait pas la possibilité de juger un enfant, mais signifiait que les juridictions spécialisées ne pouvaient prendre, sauf exceptions, que des mesures de protection et d'éducation. Cette ordonnance n'ayant pas fixé d'âge en dessous duquel l'enfant ne pouvait être jugé, la Cour de cassation a rendu un arrêt en 1956 afin d'indiquer que, pour relever des tribunaux pour enfants, il fallait avoir agi "avec intelligence et volonté".

Plusieurs questions se posent : à quel âge l'enfant est-il capable d'agir avec intelligence et volonté? L'adolescent est-il toujours un enfant? Les adolescents d'aujourd'hui n'ont-ils pas la maturité nécessaire pour être jugés comme des adultes? Les recherches récentes en psychologie du développement et en neuropsychologie permettent d'apporter, si ce n'est des réponses précises et définitives, du moins un éclairage nouveau.

Ces dernières années, des avancées importantes ont été réalisées en psychologie du développement moral. Cette discipline essaie, par des recherches empiriques, de dégager les stades d'acquisition des normes éthiques par les enfants et les adolescents.

Malgré leur diversité, les théories de développement moral s'accordent pour indiquer que dès 12-13 ans l'adolescent a acquis les capacités cognitives qui lui permettent de comprendre et d'intégrer les normes sociales et morales. Le droit ancien semble s'être fondé sur le même constat lorsqu'il fixait l'âge de la majorité pénale à la puberté. On pourrait en déduire qu'à partir de cet âge, un jeune peut être tenu pour responsable de ses actes. La question se pose alors de savoir si, possédant des capacités cognitives identiques à celles de l'adulte, il doit être jugé comme lui. Les recherches en neuropsychologie apportent des éléments utiles à la réflexion.

Dominique Youf. **Une justice toujours spécialisée pour les mineurs?** Paris: La Documentation Française, 2015, pp. 126, 127. Adaptado.

25

De acordo com o texto, sobre a responsabilidade penal de menores, é correto afirmar:

- Com o decreto de 2002, a criança que se encontra sozinha é considerada incapaz de discernimento.
- A decisão judicial de 1945 substituiu o julgamento de menores por medidas de proteção e educação.
- A partir dos anos 1950, a criança infratora que age com inteligência e vontade pode ser julgada.
- Em 1956, a Corte de Cassação publicou um acórdão possibilitando o julgamento de crianças.
- Em meados do século XX, as jurisdições especializadas podiam, sem exceções, penalizar menores.



26

De acordo com o texto, as pesquisas na área da psicologia desenvolvimental

- postulam idades diferentes para o discernimento infante-juvenil.
- fundamentaram postulados do direito antigo sobre a idade penal.
- consideram a infância e a adolescência etapas de vida equivalentes no campo ético e moral.
- trazem elementos que questionam o estabelecimento de uma idade penal mínima.
- afirmam que aos 12-13 anos o adolescente é capaz de internalizar normas sociais e morais.

27

O autor se questiona ao final do texto sobre a

- validade das pesquisas feitas na área da neuropsicologia.
- pertinência em se julgar um adolescente como um adulto.
- idade da maioridade penal ser coincidente à puberdade.
- redução da maioridade penal exigida pela sociedade.
- aquisição das normas éticas por crianças e adolescentes.

28

No trecho “Malgré leur diversité, les théories de développement moral s’accordent pour indiquer que dès 12-13 ans l’adolescent a acquis les capacités cognitives...” (L. 28-30), o termo “Malgré” pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- Réciproquement à.
- À propos de.
- À l’instar de.
- En opposition à.
- En dépit de.

29

Considerando o contexto, o verbo “dégager” (L. 25) tem como sinônimo, em francês,

- révéler.
- comprendre.
- entraîner.
- enchaîner.
- confondre.

30

No trecho “il doit être jugé comme lui” (L. 37-38), o pronome “lui” refere-se a

- “constat” (L. 33).
- “âge” (L. 33).
- “jeune” (L. 35).
- “responsable” (L. 35).
- “adulte” (L. 37).



XXX.XXX.XXX.XXX DD/MM/AAAA HH:MM:SS

FD 2016
1ª Fase – Francês (19/03/2016)

1/100

1
1/1

